

60 ANOS DO GOLPE

Em voto, Flávio Dino diz que 'função militar é subalterna'

Ministro diz que ainda há 'ecos desse passado que teima em não passar', em julgamento sobre os limites das Forças

MARIANA MUNIZ
mariana.muniz@globo.com.br

Em voto divulgado ontem, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), classificou a ditadura como "abominável" e chamou a atenção para o fato de que, ainda hoje, na sua opinião, existem "ecos desse passado que teima em não passar".

O voto de Flávio Dino foi dado no julgamento de uma ação

que trata sobre os limites constitucionais da atuação das Forças Armadas e sua hierarquia em relação aos Poderes. A análise começou na sexta-feira no plenário virtual do Supremo e deve durar até o dia 8.

"Com efeito, lembro que não existe, no nosso regime constitucional, um 'poder militar'. O poder é apenas civil, constituído por três ramos unidos pela soberania popular, direta ou indiretamente. A tais poderes constitucionais, a



Plenário virtual. Dire: não existe "poder militar" no Brasil, e Defesa deve ser notificada de resultado do julgamento

"A tais poderes constitucionais, a função militar é subalterna, como aliás consta do artigo 142 da Carta Magna", apontou, o ministro.

No julgamento, Dino concordou com o posicionamento do relator, Luiz Fux, para quem a Constituição não possibilita uma "intervenção militar constitucional" nem encerra uma "ruptura democrática".

O ex-ministro da Justiça do governo Lula fez apenas uma ressalva e determinou que o resultado do julgamento seja encaminhado para o Ministério

da Defesa. De acordo com Dino, é preciso que haja a difusão para todas as organizações militares, inclusive escolas de formação, de aperfeiçoamento e instituições similares.

"POTENCIAL DELETÉRIO" "A notificação visa expungir desinformações que alcançaram alguns membros das Forças Armadas — com efeitos práticos escassos, mas mercedores de máxima atenção pelo elevado potencial deletério à Pátria", alegou o ministro.

Na manifestação, Dino fez uma dura crítica a juristas e profissionais do Direito que "emprestaram os seus conhecimentos para fornecer diáfano de legitimidade a horrendos atos de abuso de poder". Ele também afirmou que os "resquícios do passado" podem ser vistos na própria necessidade de o Supremo ter que se pronunciar sobre o tema, e reforça, assim como o relator, que não existe "poder militar" no Brasil.

Além de Fux e Dino, também já votou o ministro Luís Roberto Barroso, presidente da Corte, que seguiu o mesmo entendimento.

Segundo Fux, apesar de a lei mencionar que o presidente da República tem autoridade suprema sobre as Forças Armadas, ela "não se sobrepõe à separação e à harmonia entre os poderes". A questão chegou ao STF por uma ação do PDT em 2020. O partido questiona pontos da lei que regula o emprego das Forças Armadas e que tratam da atribuição do presidente para decidir a respeito do pedido dos demais Poderes sobre seu emprego.

Mesmo após veto de Lula, 8 dos 38 ministros lembram golpe

Presidente havia determinado que governo não promovesse manifestações

GABRIEL SÁBOTA
gabriel.sabota@globo.com.br

Sete dos 38 ministros ignoraram a orientação do presidente Luiz Inácio Lula Silva, que determinou que o governo não promovesse manifestações em memória dos 60 anos do golpe militar, e fizeram o contrário: postagens de repúdio ao regime nas redes sociais. Em reunião com auxiliares no início do mês, Lula argumentou que o objetivo do veto

era evitar que a data fosse usada para "conflagrar o ambiente político do país". Em São Paulo, um ato organizado pelo Movimento Vozes do Silêncio reuniu petistas históricos, como o ex-ministro José Dirceu, e nomes da esquerda, como a deputada federal Luiza Erundina (PSOL-SP), que recusou Lula a ocupar o cargo de presidente Jair Bolsonaro. A decisão de Lula de o governo não promover eventos foi questionada, sob alegação do direito de posicionamento e a memória.

Os atos golpistas de 8/1 foram lembrados e houve pedidos de punição a Bolsonaro. Ministro dos Direitos Humanos, pasta que ficaria incumbida de organizar atos pela memória do golpe, Silvano Almeida fez um longo texto sobre a data. "Por que ditadura nunca mais? Porque queremos um país social e economicamente desenvolvido, e não um 'Brasil Interrompido', escreveu Almeida.

O ministro da Educação, Camilo Santana, destacou a im-



"Brasil interrompido", Silvano Almeida criticou o veto em longo texto

portância de não deixar a data "cair no esquecimento" e ressaltou que "a mancha deixada por toda dor causada jamais se apagará". O ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social, Paulo Pimenta, disse que a responsabilidade de defender a democracia "é um desafio que se renova todos os dias".

Paulo Teixeira, do Desenvolvimento Agrário, lembrou as vítimas do regime militar, assim como a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves. Faço minha homenagem a todas as pessoas presas, tor-

turadas ou que tiveram seus filhos desaparecidos e mortos na ditadura militar. Que o golpe instalado há 60 anos nunca mais volte a acontecer e não seja jamais esquecido", publicou a ministra.

Ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara lembrou as mortes dos povos originários durante a ditadura, enquanto o Advogado Geral da União, Jorge Messias, e a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, aproveitaram para homenagear a ex-presidente Dilma Rousseff, que foi torturada durante o regime.

Ex-vice de Bolsonaro, o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) defendeu o golpe em seu perfil no X (ex-Twitter). Mourão disse que "a nação se salvou assim mesmo" em 31 de março de 1964. (colaboração Julia Noz)

53% descartam novo regime militar, diz Datafolha

Percentual é o maior da série histórica em dez anos, de acordo com o instituto; parcela dos que veem possibilidade é de 20%

CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da Fundação Getúlio Vargas, no uso de suas atribuições estatutárias (art. 9º) vem, através da presente, nos termos do art. 6º dos Estatutos da FGV, CONVOCAR os Membros da Assembleia Geral da Fundação Getúlio Vargas para comparecerem no dia 30 de abril de 2024, às 17 horas, no edifício Luiz Simões Lopes, sede da instituição, à Praia de Botafogo, nº 190, 12º andar, a fim de, reunidos em Assembleia Geral Ordinária:

- examinar os relatórios de atividades e de gestão e sobre eles deliberar;
- examinar o balanço geral do exercício de 2023 e sobre ele deliberar;
- participar de eleição e reeleição de membros dos Conselhos Curador e Diretor;
- aprovar o ingresso de novos membros na Assembleia Geral;
- analisar e deliberar sobre outras questões dentro da esfera de competência da AG.

Rio de Janeiro, 1º de abril de 2024.

Carlos Ivan Simonsen Leal
Presidente

FGV

Uma pesquisa do Datafolha divulgada ontem mostrou que 53% dos eleitores não acreditam na volta de uma ditadura no Brasil. O índice é o maior da série histórica dos últimos dez anos, segundo o instituto. Os que acreditam na possibilidade somam 20%, enquanto 22% acham que há pouco risco de retrocesso democrático. Foram ouvidas 2.022 pessoas em 147 cidades entre 19 e 20 de março. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

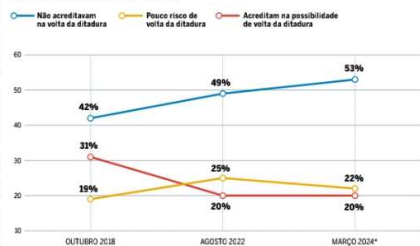
Na pesquisa anterior, em agosto de 2022, 49% não acreditavam em um novo regime ditatorial, 25% viam pouca chance e o percentual dos que acreditavam na volta da ditadura também era de 20%. Mais brasileiros acreditavam no retorno do regime de exceção em outubro de 2018, quando Jair Bolsonaro foi eleito presidente. No levantamento do Datafolha feito na época, 31% consideravam essa possibilidade, o maior índice da série histórica. Outros 42%

não temiam o risco e 19% viam pouca chance.

O Datafolha publicou no sábado o resultado de um levantamento mostrando que 63% dos entrevistados des-

prezam o 31 de março de 1964, quando houve o golpe militar, e 28% veem motivo para comemoração. Outros 9% não souberam responder. Em abril de 2019, 57%

COMO OS ELEITORES VEEM A POSSIBILIDADE DE VOLTA DO REGIME MILITAR



*Entrevista com 2.022 pessoas em 147 cidades em 19 e 20 de março. Margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos. Fonte: Datafolha

dos ouvidos pelo instituto sugeriram o desprezo, 36% afirmaram que a data deveria ser celebrada e 7% não souberam opinar. Do ponto de vista de adesão política, a pesquisa mostra que 58% dos bolsonaristas autodeclarados dizem que a data deve ser desprezada. Para 33%, é necessário que o golpe seja lembrado.